

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 12

O GLOBO - ON LINE - RJ
SEGURIDADE SOCIAL

Sem reforma, startups usam inteligência artificial para reduzir caos tributário..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA DA 2ª
SERVIDOR PÚBLICO

Preconceito deve ser combatido como doença crônica nas organizações.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Novo regime evita descontrole, mas não estabiliza a dívida (Editorial)..... 8

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

MP de tributação no exterior desvia foco do principal (Editorial).....10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova regra pode liberar R\$120 bi em época eleitoral.....11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A face menos visível da reforma tributária (Artigo).....14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsa é tratada com "otimismo cauteloso".....16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

SUS importa cada vez mais..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Crise dos planos de saúde gera queixa de atrasos de R\$ 1 bilhão..... 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com imposto maior, investir lá fora ainda vale a pena?..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Desigualdade que beira o ridículo - ANA CRISTINA ROSA..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo diverge sobre acordo UE-Mercosul..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inadimplência bate recorde e chega a 43,4% dos brasileiros.....29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Renda corroída pela inflação eleva número de "negativado"..... 31

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

Segurança nacional dita política econômica chinesa..... 33

Segunda-Feira, 8 de Maio de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Galípolo no comando do BC preocupa o mercado35

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Depois do teto de gastos (Artigo)37

Sem reforma, startups usam inteligência artificial para reduzir caos tributário

Por João Sorima Neto - São Paulo

Com um dos sistemas tributários mais complexos do mundo, as empresas no Brasil gastam mais de 1.500 horas por ano somente com o pagamento de **impostos**, enquanto a média mundial é de 200 horas, segundo dados do Banco Mundial. Já os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - espécie de clube de economias desenvolvidas no qual o Brasil tenta entrar - gastam 159 horas, na média.

Esse mar de burocracia, com mais de 400 mil normas tributárias, é um clássico exemplo do ambiente que tira competitividade das companhias no Brasil que há muito tempo espera solução em uma **reforma tributária**. Enquanto ela não vem, amenizar esse problema virou missão - e uma oportunidade de negócio - de algumas empresas de base tecnológica, as startups.

A ideia é facilitar a vida de grandes e pequenas empresas no pagamento de **tributos**, na busca de certidões pelos cartórios do país ou na elaboração da contabilidade, reduzindo o número de pessoas e de horas gastas nessas tarefas. Com uso de robôs virtuais e inteligência artificial (IA), essas startups ainda eliminam erros e reduzem os casos de litígio tributário.

A reforma do sistema de **impostos** que o governo quer aprovar no Congresso neste ano pretende unificar **tributos** e tende a simplificar a vida das companhias, mas o campo de negócios para essas startups ainda vai continuar amplo mesmo se a emenda constitucional for bem-sucedida, dizem especialistas.

- A expectativa com a **reforma tributária** é de simplificação e mudança na forma de os brasileiros lidarem com a tributação. Mas antes teremos uma transição, que pode levar até dez anos. Então, o cenário vai piorar antes de melhorar - diz Paulo Roberto Andrade, sócio de Direito Tributário do Madrona Fialho Advogados.

Entre as startups desse ramo está a CBRdoc, que se define como um "shopping de documentos". Nasceu há seis anos para desburocratizar a vida de empresas - e de pessoas físicas também. Ajuda bancos,

financeiras, empresas de energia e do agro a obterem documentos em cartórios, no Ministério do Trabalho e em fóruns e prefeituras espalhadas pelos mais de 5,5 mil municípios do país. Um software que utiliza robôs numa plataforma digital busca os documentos solicitados.

A IA interpreta cada um deles e informa a empresa se o seu cliente está negativado, por exemplo, sem nem mesmo precisar abrir o documento. O segredo do negócio é ser acessível. A plataforma tem acesso gratuito, mas o cliente paga pela quantidade de documentos que precisa buscar, além dos custos do cartório, por exemplo.

Se uma empresa solicita 200 certidões no mês, sem taxas do emissor, pagará cerca de R\$ 3 por documento. Se não usar a plataforma no mês seguinte, não há cobrança de mensalidade. São 50 funcionários.

- O tempo de busca de um documento, que é em média de três dias, cinco horas e 20 minutos no Brasil, caiu para um minuto e meio com o uso da nossa tecnologia. Fizemos uma pesquisa interna e chegamos a uma economia de até dez mil horas de trabalho dos clientes em um mês e redução em 90% do tempo de obtenção dos documentos - conta Rafael Galante, coCEO e que fundou a empresa com o economista Allan Mendonça.

A startup já testa o ChatGPT para realizar tarefas mais complexas. Entre elas, avaliar e calcular o valor atual de imóveis antigos em casos de litígio ou dívida. Embora não revelem números, os sócios dizem que a empresa já é lucrativa e não contou com investidores de risco (venture capital).

Com seis sócios de áreas distintas como economia, administração, contabilidade e tecnologia, a startup contábil e tributária Tax Strategy criou uma plataforma digital que reduz o tempo gasto com rotinas burocráticas. A ideia surgiu em conversas deles sobre a complexidade de pagar e apurar **impostos** no Brasil, além do tempo e do custo gigantesco para as empresas, particularmente as pequenas.

Elas inserem os dados na plataforma, que automatiza os cálculos. Só no ano passado, foram aferidos R\$ 1,8 bilhão em **impostos** de empresas e prestadores de

serviço clientes. Já são 30, entre eles empresas como Porsche, Acer e Souza Cruz.

- Geramos ganhos financeiros pela economia de tempo na execução de rotinas fiscais, garantindo que profissionais deste departamento possam atuar de forma mais estratégica no planejamento dos negócios da empresa - diz o CEO da Tax, Hélder Santos.

O serviço custa R\$ 59,90, mensais. Os sócios investiram R\$ 400 mil na criação do negócio, em 2020. Agora, o Sebrae e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) estão aportando R\$ 500 mil para que a Tax desenvolva projetos usando IA capazes de dar "sugestões" de gestão, por exemplo. Com esses recursos, 15 pessoas, entre pesquisadores e desenvolvedores, se juntaram aos dez funcionários da startup.

- Antes, eu mesma fazia a contabilidade numa planilha. Gastava uma tarde, tinha chance de errar. Agora, coloco os dados na plataforma e, em segundos, tenho a apuração - conta Juliana Camargo, contadora da GAC, consultoria de inovação que tem 48 funcionários e usa a plataforma da Tax Strategy há um ano. - No ano passado, passamos por uma auditoria e não houve erros na contabilidade.

O dia de fazer a folha de pagamentos de funcionários é considerado o "pior do mês" em termos de burocracia, com apuração de FGTS, **INSS**, descontos. Com essa queixa comum das empresas na cabeça, a BHub nasceu para ser uma plataforma de gestão administrativa por assinatura, ou backoffice as a service, como se chama a forma de terceirizar esse departamento com o uso de tecnologia.

Nasceu em 2021 e tem 600 clientes, sendo 35% outras empresas de tecnologia e 30% comércio eletrônico. A startup de 210 funcionários recebeu aportes de R\$ 180 milhões de fundos como Valor e Monashees, além de empresas como iFood, Vtex, Ualá e Rappi.

- Hoje, oferecemos mais de 400 processos de gestão automatizados. Ainda não estamos no break-even (equilíbrio entre receita e despesas), mas temos R\$ 140 milhões em caixa para a operação nos próximos cinco anos - diz Jorge Vargas Neto, um dos fundadores, ao lado de mais três sócios.

Os preços para o serviço variam de R\$ 900 a R\$ 2 mil, mas há uma versão gratuita da plataforma, que pode ser acessada pela empresa para gerir o caixa.

Para Bruno Diniz, CEO da consultoria de inovação Spiralem, enquanto houver ineficiência no sistema tributário haverá oportunidades de negócio. Ele

acredita que, mesmo com a **reforma tributária**, o campo para essas startups que buscam driblar a burocracia sempre será fértil.

- A **reforma tributária** pode simplificar o sistema, mas o tamanho da burocracia é sempre muito maior que o pacote de soluções - diz Diniz, que observou uma aceleração na digitalização de documentos na pandemia. - Hoje, estima-se que mais de 90% dos processos judiciais sejam digitais.

O advogado Paulo Roberto Andrade, do Madrona Fialho Advogados, observa que a complexidade do sistema tributário brasileiro é das maiores, senão a maior, do mundo. Primeiro, porque trata-se de um país de grande extensão. E aqui há uma peculiaridade, diferente de outros países: a Constituição deu competência tributária a estados (que tem o ICMS como principal imposto) e municípios (que cobram ISS, o Imposto Sobre Serviços).

- Em países como o Canadá, por exemplo, é a União que tem a competência tributária. Recolhe os **impostos** e depois distribui - diz o advogado, que é um entusiasta da **reforma tributária** e acredita que ela está politicamente madura para ser aprovada.

Mas ele observa que, mesmo com a fusão de cinco **tributos** - a proposta do governo deve unir IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o equivalente ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de outros países -, a fiscalização continuará fragmentada. Haverá um comitê gestor na transição, com representantes de União, estados e municípios - e cada um será responsável por fiscalizar seu "quinhão" no novo imposto, aponta Andrade:

- Perde-se a oportunidade de avançar na simplificação porque cada estado e cidade terá que manter seu aparato fiscalizatório, o que significa mais custo, especialmente para municípios pequenos

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2023/05/sem-reforma-startups-usam-inteligencia-artificial-para-reduzir-caos-tributario.ghtml>

Preconceito deve ser combatido como doença crônica nas organizações



Lisiane Lemos, 33
é secretária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade no Governo do RS. Bacharel de direito pela UFPel, com MBAs pela Fiap e Fundação Dom Cabral, trabalhou na Microsoft (2013-2019) e no Google (2019-2022). Fundou a Rede de Profissionais Negros e o Conselheira 101

PORTO ALEGRE O nome mais badalado do secretariado de Eduardo Leite (PSDB) provavelmente esbarrou com ele em algum corredor da Prefeitura de Pelotas, em 2010, quando ele era vereador e ela estagiária de direito na Procuradoria do município.

Lisiane Lemos, 33 é secretária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade no Governo do RS. Bacharel de direito pela UFPel, com MBAs pela Fiap e Fundação Dom Cabral, trabalhou na Microsoft (2013-2019) e no Google (2019-2022). Fundou a Rede de Profissionais Negros e o Conselheira 101

Treze anos depois, ambos cresceram como jovens líderes. Em 2018, aos 33 anos, Leite se tornou o mais jovem governador do Rio Grande do Sul, reeleito nas eleições passadas e com liderança crescente no cenário nacional.

No ano anterior, 2017, a também pelotense Lisiane Lemos entrou na Forbes Under 30, lista de talentos abaixo de 30 anos apontados como agentes de mudança em suas áreas de atuação. Na ocasião, já trabalhava há quatro anos como executiva de vendas na Microsoft, onde participava do Blacks at Microsoft e dirigia a Rede de Profissionais Negros, coletivo que busca conectar profissionais negros, empresas com políticas de diversidade e movimentos sociais.

Em 2019 migrou para o Google, onde foi gerente de

Recrutamento de Diversidade, Equidade e Inclusão. Em trabalho remoto durante a pandemia -ocasião em que se reconectou com Pelotas-, Lisiane fundou o Conselheira 101, projeto que qualifica mulheres negras para conselhos de administração em empresas.

Na sua quarta edição, em 2023, abriu vagas também a indígenas.

O encontro (ou reencontro) com Leite se deu em uma ligação por vídeo ao final de 2022, enquanto ela planejava viver em Chicago e pleiteava o visto para "pessoas com habilidades extraordinárias".

Aos 33 anos, convidada para assumir a recém-criada Secretaria Extraordinária de Inclusão Digital e Apoio às Políticas de Equidade, comunicou ao marido: "Estamos de mudança para Porto Alegre".

Em diversas entrevistas a sra. foi questionada sobre desejos e planos de futuro. Em nenhuma delas mencionou nada parecido com o setor público. Por que a mudança?

Poucas vezes na vida a gente tem a chance de impactar de uma vez só 10 milhões de pessoas em 497 municípios. De trabalhar em tão larga escala com o que se ama.

E eu gosto de construir coisas. A secretaria não existia, nós estamos construindo do zero. Quando o governador [Leite] pediu para conversar comigo, achei que ele ofereceria algo relacionado a justiça, igualdade racial, algo assim. Quando me apresentou o plano de inclusão digital, nem precisou ele terminar de falar para eu aceitar.

Como ela vai funcionar e quais são os principais objetivos dela?

Será uma secretaria extraordinária, o que significa que ela é menor, mas trabalha de forma transversal com as outras 26.

Serão três frentes de trabalho: educação para o digital -voltado a estudantes e professores, transformação digital do pequeno empreendedor- um pedido pessoal do governador, que é ajudar o agricultor, o dono do mercadinho, a inovar, e experiência do cidadão -

modernizar tudo o que o cidadão usa do governo estadual.

Não só do nosso, porque o Rio Grande do Sul vende soluções a outros 17 estados. O objetivo é estar no celular de todos os gaúchos.

Sua equipe terá indicações políticas?

Não. Meu acordo com o governador é que eu teria total liberdade para compor o meu time. Então terei cinco servidores no mesmo nível e mais a chefe de gabinete. Queria também que a composição do meu time fosse um retrato daquilo em que eu acredito, então ele é multigeracional, multiétnico e, dos cinco cargos, dois serão de servidores de carreira a serem selecionados pelo Qualifica, nosso processo de seleção interna.

Sou filha de **servidores públicos** e valorizo essas pessoas. Essas pessoas vão conversar com os interlocutores das secretarias com estrutura maiores para tocar projetos. A ideia é andar sempre em duplinhas.

A sua trajetória é praticamente toda no setor privado. O que já pode perceber as primeiras diferenças para o governo, os primeiros entaves?

Eu acho que as pessoas glamourizam o setor privado e ele é mais parecido com o público do que elas imaginam. Tem seus processos, suas burocracias, sobretudo em início de gestão.

Nunca fui aquela funcionária deslumbrada que achava que o Google era o melhor lugar do universo. Na minha vida, trabalho tem o lugar de trabalho. Assim como no Google, aqui eu tenho usado muito o cartão de novata. Como eu não sei fazer, eu nem pergunto se posso falar com Fulano. Se ao fazer isso, incomodo Beltrano. Nunca trabalhei com isso, então eu posso.

A sra. também tem uma visão desglamourizada, ou desmistificada, da África, não tem?

Eu digo que me tornei feminista em Moçambique, em 2013. Lá a mulher é subserviente, nunca protagonista. Pode ser uma executiva de sucesso, mas desde que primeiro ela sirva ao marido e a outros. Então lá eu aprendi a valorizar o meu país. Tem um pouco de paralelo com essas descobertas no governo -no sentido de descobrir que tem muita coisa boa no Brasil que estava embaixo da superfície na minha percepção.

Como ativista, viver lá desmistificou muito dessa coisa da África mágica. De que tudo vai dar certo porque todo mundo é negro. Existe uma questão de classe

muito grande. Mas já fui, voltei e sou muito grata pelo que aprendi. Inclusive minha única tatuagem diz "gratidão" em um dialeto moçambicano.

Sua secretaria é também de equidade racial e você é a única secretária negra. Isso incomoda?

Isso foi bastante criticado antes da minha posse [em 23 de fevereiro]. Pensei: "Eu de férias e eles resolvendo esse B.O." Minha resposta é que estou trabalhando para que na próxima gestão eu não seja a única.

Meus colegas [de secretariado] me consultaram para que eu indicasse talentos para outras camadas de liderança e com capacidade para ascender, o que me dá abertura para cobrar. Eu fui a única negra na maioria dos lugares em que estive. Então, ao mesmo tempo que incomoda, é também um combustível para que não seja mais. Para que a gente construa um pipeline de lideranças negras.

A sra. já disse que, para contratar um bom profissional negro, precisa apenas do seu celular e de cinco minutos. O que falta para governos e empresas resolverem a questão de desigualdade racial nas equipes com mais agilidade?

Quando eu disse isso, quis dizer que essas pessoas existem. Estão por aí. Mas isso não quer dizer que implementar e consolidar um projeto de equidade e diversidade seja fácil.

Isso em qualquer minoria. Não é só abrir a vaga. Tem que garantir que a pessoa fique mesmo sem ter tido o mesmo arcabouço profissional, as mesmas oportunidades progressas, o mesmo inglês fluente do colega ao lado.

Eu estudei diversidade na Kellogg [Kellogg School of Management, escola de negócios da Universidade Northwestern, em Illinois, nos EUA]. Demanda tempo, tem uma curva muito mais longa e para dar certo é preciso insistir.

O preconceito é uma doença crônica. Se você não monitora dentro da sua organização, ele logo volta. E tem outra: a vontade de resolver um problema é proporcional ao dinheiro investido. Muitas empresas abrem um setor de diversidade, mas, quando você vê o orçamento, percebe que ela não faz questão de resolver esse problema tanto assim.

Como o episódio do trabalho análogo à escravidão na serra gaúcha bateu em você?

Bateu forte e eu pedi para ir a Bento Gonçalves. Ser pessoalmente envolvida nos grupos de trabalho que

surgiram dele. Especialmente a fala daquele vereador [Sandro Fantiel, de Caxias do Sul], pela qual eu me senti pessoalmente ofendida. Mas independentemente disso, a minha cabeça é a de soluções. Criar mecanismos para que venha a safra não só da uva, mas do pêssego, da maçã, e não se reproduzam as mesmas condições de trabalho. E me preocupa também a questão do preconceito nessas regiões - como fazer com que o estado receba adequadamente essas populações sazonais de outros estados para esse tipo de trabalho.

É curioso que a sra., em um TEDx, menciona que tinha inveja das aulas de história em que as crianças brancas se sentiam orgulhosas de estudar a imigração europeia, enquanto o papel dos negros era o de escravizados invisíveis. Esse episódio reproduziu isso séculos depois.

Sim. So things have comes full circle [o ciclo fica assim fechado], não é mesmo? Mas eu não falava isso de forma pejorativa. Cada vez mais eu tento entender as pessoas e consigo perfeitamente entender o orgulho que um povo tem de se chegar a outro país sem nada e construir algo. Trabalho é um valor importante para eles, mas como é para mim também. Por isso eu insisto que a minha busca é por equidade. Eles sempre tiveram essa visibilidade sobre as suas origens. A gente tem que equilibrar as coisas para que todo mundo tenha.

Falando em história, tramita na Assembleia um projeto de lei para tornar o Hino Rio-Grandense intocável, a fim de defender um trecho considerado racista [povo que não tem virtude acaba por ser escravo]. O que pensa a respeito?

O governador está de aniversário hoje [em 10 de março], não me faça estragar o dia dele (risos). Olha, eu costumo ser cuidadosa com o que eu falo, mas não posso desdizer o que já disse. Eu jamais vou cantar essa estrofe. É dizer que todos os meus ancestrais que lutaram muito, que foram sequestrados, não têm virtude.

O Rio Grande do Sul tem cerca de 20% de população negra, você consegue imaginar como é para uma criança negra cantar isso? Sobre o projeto de lei, minha resposta é que eu não tenho controle sobre a opinião das pessoas e sobre o que as leva a defendê-las. Mas, se dependesse de mim, mudaria o hino amanhã.

Vê mérito em isso ao menos estar sendo debatido? Em haver uma reflexão sobre a estrofe, ainda que não mude?

Essa reflexão não é nova, não. Quando eu fazia dança

em Pelotas, lá por 2005, Giga Giba [músico natural de Pelotas, morto em 2014] ainda era vivo. Nós já discutíamos isso e o movimento negro já propunha uma mudança no hino. A proposta alternativa, cuja autoria eu não me lembro. Era "povo que tem força e virtude, a clava quer ver escravo". [A estrofe alternativa é de autoria do poeta gaúcho Oliveira Silveira, e na verdade diz "povo que é lança e virtude, a clava quer ver escravo". O termo "lança" faz referência aos lanceiros negros, combatentes da Revolução Farroupilha (1835-1843) que teriam sido atacados desarmados com a conivência dos líderes farrapos para que não precisassem ser libertados ao final do conflito.]

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50270>

Novo regime evita descontrolado, mas não estabiliza a dívida (Editorial)

O novo regime fiscal proposto pelo governo Lula não será capaz de estabilizar nem a dívida bruta nem a dívida líquida pública até 2026. Mas, por outro lado, a evolução das dívidas será muito mais lenta caso a regra proposta não existisse - a expectativa, sem as mudanças, era de crescimento descontrolado. A redução das turbulências nos mercados financeiros se deve a essa perspectiva, enquanto que persistem as incertezas sobre a capacidade de o governo executar o que prometeu.

Há um virtual consenso entre os economistas de que o complexo desenho fiscal traçado só consegue entregar o resultado previsto se a arrecadação crescer bem, algo entre 1,5% e 2,3% do **PIB** até 2026. Esse esforço não é trivial, ainda mais quando o governo, reconhecendo as limitações que o Congresso certamente colocará, promete arrumar mais dinheiro sem aumentar os **impostos** existentes. Esse volume de recursos é ainda mais expressivo quando se considera que eles têm de ser líquidos, isto é, já descontadas as transferências para Estados e municípios.

Estudo de Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV-Ibre, estima que, em um cenário básico, com crescimento do **PIB** em 1,5% ao ano e juro real de 4,5%, a arrecadação precisaria em 2026 ser 1,51% do **PIB** superior ao do ano corrente - 0,49% agora, 0,24% em 2024, 0,58% em 2025 e 0,2% em 2026. Mesmo assim, em seus cálculos, durante o mandato de Lula nem a dívida bruta nem a líquida se estabilizariam. A dívida líquida só pararia de crescer e começaria a declinar a partir de 2027, em boa parte devido ao aumento das receitas advindas da exploração do petróleo (royalties, partilha etc).

O empenho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem tido algum sucesso para angariar receitas pelas vias não tradicionais, de obter recursos fechando brechas possíveis, como a dos incentivos do ICMS para investimento, que empresas usaram em custeio e mesmo assim abateram de **impostos** federais. Houve uma vitória na Justiça, estimada pelo governo em R\$ 93 bilhões, mas que a Receita avalia em R\$ 47 bilhões. Nos planos estão também nova rodada de repatriação de dinheiro do exterior, taxa dos investimentos em fundos exclusivos (tentativa fracassada em 2017), alteração na cobrança do IR de quem tem aplicações no exterior etc.

Esses caminhos merecem ser explorados, mas são insuficientes. É preciso atacar a montanha de isenções fiscais, de R\$ 486 bilhões este ano, uma batalha reconhecida como inglória. Haddad ameaçou divulgar o CNPJ das empresas que auferem essas isenções fiscais, mas as benesses são legais e foram aprovadas pelo Congresso. O Simples e a Zona Franca de Manaus somam R\$ 154 bilhões e é improvável que o Congresso reduza esses benefícios. Outros R\$ 82 bilhões são rendimentos isentos ou deduções do IR, enquanto mais R\$ 57,3 bilhões são usufruídos pela agricultura e agroindústria.

Será necessário romper lobbies bem entrincheirados no Congresso para avançar neste campo, o que exige determinação de uma base governista com alguma solidez, o que não existe no momento. O governo Bolsonaro conseguiu aprovar um plano de redução gradual de 10% das isenções, que seriam determinados pelo Executivo, mas não o foram e não se falou mais nisso, não por acaso.

O regime fiscal proposto, por outro lado, pressupõe um crescimento contínuo das despesas, de mínimo de 0,65% real a 2,5%, a depender do cumprimento ou não das metas de superávit (de déficit de 0,5% em 2023, a 0% em 2024 até chegar a 1% em 2026). Há sérias dúvidas se os limites serão respeitados. O crescimento vegetativo dos gastos previdenciários, 43% das despesas, será de 2,3% no mandato de Lula, estima Borges, e nesse cálculo não estão incluídos os aumentos reais do salário mínimo que virão com projeto enviado pelo Executivo ao Congresso. A isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil, se cumprida, fará desaparecer cerca de R\$ 100 bilhões de arrecadação por ano, em uma conta conservadora. Os reajustes salariais dos funcionários públicos não deverão ser contidos, como o foram até 2022.

A preservação dos investimentos, com correção da **inflação** a partir dos R\$ 75 bilhões do orçamento de 2024 e com possibilidade de crescer mais R\$ 25 bilhões em caso de excesso de arrecadação, é uma despesa que se justifica. Os investimentos deixam assim de ser a variável de ajuste do orçamento, mas com os demais gastos subindo, não se sabe como o orçamento se equilibrará. De qualquer forma, com o piso corrigido de 0,7% do **PIB**, o Executivo supera a taxa de depreciação do estoque de capital, afirma

Manoel Pires, também pesquisador associado do FGV-Ibre.

O descumprimento das metas não prevê sanções, afora a diminuição da relação entre gastos e receitas. A lei de responsabilidade fiscal as previa e elas têm de ser mantidas.

Uma variável chave será o crescimento do **PIB**, que precisaria ser superior a 2% para cumprir o que estipula o novo regime fiscal, propiciando aumento de despesas e de receitas. Talvez por isso, o presidente dia sim, outro também, pragueje contra a elevada taxa de juros - sem a qual, no entanto, a **inflação** não será domada.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

MP de tributação no exterior desvia foco do principal (Editorial)

Ao derrubar os decretos que afrouxavam o marco regulatório do saneamento, a Câmara deu um recado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva: enquanto ele desperdiça tempo e capital político com questões de escassa relevância, cabe ao Parlamento restaurar o princípio da realidade econômica nos temas críticos.

A discussão sobre o arcabouço fiscal não decolou, e o debate sobre a **reforma tributária** ainda é uma abstração, mas os parlamentares terão agora de examinar a MP 1.171. O texto que ampliou a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) também alterou a tributação de aplicações financeiras no exterior. No discurso, cumpre duas promessas de campanha de Lula: corrigir a tabela do IR e "pôr os ricos no imposto". Na prática, a arrecadação anual prometida é pífia, ao redor de R\$ 3,5 bilhões.

A MP estabelece que lucros e dividendos de capital aplicado em entidades sediadas fora do país (offshore) e trustes (fundos que administram dinheiro de terceiros) serão tributados todo ano, mesmo que não tenham sido distribuídos. Tributaristas críticos à medida argumentam que esses lucros e dividendos não existem até que sejam resgatados. O mesmo raciocínio, contudo, vale para os fundos brasileiros sujeitos ao desconto periódico de IR conhecido como "come-cotas". As novas regras, numa primeira leitura, promovem justiça tributária ao submeter a taxaço do capital investido lá fora às mesmas regras que aqui dentro.

Do jeito como está, porém, a MP desequilibra a balança na outra direção.

Todo ano o capital mantido no exterior será taxado pelo valor em reais, seguindo não apenas o lucro do investimento, mas também a flutuação cambial. Se o dólar cair até o momento em que o recurso for sacado, o investidor terá pagado imposto por um ganho que não auferiu.

Além disso, se investir num fundo do exterior que aplica em ações brasileiras, estará sujeito a taxaço. Mas, se investir num fundo brasileiro que aplica nas mesmas ações, não estará, pois fundo de ações não é sujeito a "comecotas".

O ideal seria haver isonomia.

É inegável que investimentos em offshores e trustes são um expediente usado pelos mais ricos, que não dependem de retiradas periódicas. Não raro esse capital é alocado no exterior apenas para esconder o dinheiro do Fisco (estima-se que o total chegue a US\$ 200 bilhões). Por isso vários países adotam estratégias para antecipar a cobrança do imposto, independentemente de haver resgate e repatriação.

"As regras previstas na MP 1.171 não são uma invenção brasileira", diz Vanessa Canado, coordenadora do Núcleo de Tributação do Insper.

Além disso, a OCDE reconhece que os **impostos** são um dos instrumentos mais eficazes para reduzir desigualdades e promover crescimento inclusivo.

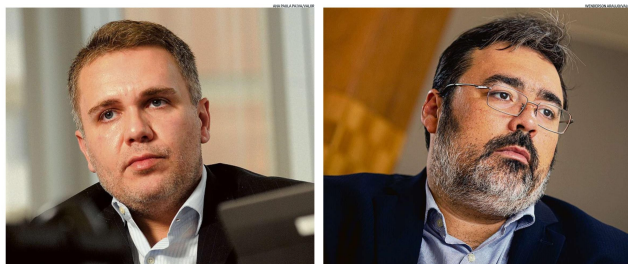
No caso da MP, tal constatação serve ao mesmo tempo para justificá-la e para criticá-la. Embora vá na direção certa e, com os ajustes necessários, devesse ser aprovada, ela é secundária no panorama tributário brasileiro. O mais urgente é promover a reforma que unifique **impostos** indiretos, criando o Imposto sobre Valor Agregado. Dois projetos estão em estágio avançado no Congresso e se ouviram muitas promessas do governo, mas até agora nada houve de concreto. Ao desviar o foco para uma mudança de impacto reduzido na arrecadação, a MP representa mais desperdício de capital político - recurso essencial na hora da reforma para valer.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ
MP de tributação no exterior desvia foco do principal

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Nova regra pode liberar R\$120 bi em época eleitoral



Marta Watanabe De São Paulo

O cumprimento de metas de resultado primário da nova regra fiscal pelo menos até 2025 pode permitir ao governo abrir na segunda metade do mandato espaço fiscal adicional de R\$ 80 bilhões a R\$ 120 bilhões em despesas, a preços de hoje. Isso poderá funcionar como estímulo político eleitoral para cumprir o ajuste, mesmo com sanções mais brandas propostas.

O cumprimento da consolidação fiscal sugerida, porém, demanda crescimento de receitas de 1,2% a 1,7%, como proporção do **PIB**, até 2026, dependendo do cenário.

Também são necessárias medidas em paralelo, como a mudança na regra de gastos com saúde e educação e a ampliação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que deve ser revista em 2024.

A ênfase do ajuste pelo lado das receitas não inviabiliza que o novo arcabouço leve à esperada redução do nível de endividamento, ainda que depois de 2027, e resulte em impactos positivos no **PIB** no médio prazo. O governo tem sinalizado para agenda da redução de isenções e "jabutis" tributários, o que pode levar a ganho de receitas com baixo custo marginal, mas o caminho exige apuro técnico, habilidade e força política.

Essas são algumas das análises sobre o novo arcabouço fiscal, tema de encontro entre pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e o Valor. Artigo sobre o tema também será veiculado na "Carta do Ibre" de maio.

As metas de primário propostas na nova regra são déficit de 0,5% do **PIB** em 2023, resultado nulo em 2024 e superávits de 0,5% do **PIB** em 2025 e 1% do **PIB** em 2026, com banda de tolerância de 0,25 ponto

percentual acima ou abaixo.

Bráulio Borges, pesquisador associado do Ibre, calcula que o cumprimento das metas de primário demanda no cenário-base aumento de carga tributária equivalente a 1,5% do **PIB** no acumulado de 2023 a 2026. Para cumprimento de metas ano a ano, o aumento de carga deve ser, em 2023, 2024, 2025 e 2026, respectivamente, de 0,49%, 0,24%, 0,58% e 0,2% do **PIB**.

O cenário-base de Borges pressupõe que o **PIB** per capita real cresça 1,5% a partir de 2025, com diferença entre o deflator do **PIB** e o IPCA de 0,9 ponto percentual (p.p.) anual. O crescimento do **PIB** potencial é de cerca de 2% ao ano.

O cenário embute crescimento da produtividade anual do trabalho de 1,5% a partir de 2025, comparado à média de 0,9% de 1995 a 2022 (Ver cenários no quadro abaixo).

Nos cenários com aumento de carga tributária, a dívida líquida, pós-2027, se estabiliza e começa a cair. Entre as premissas, Borges considerou o reconhecimento do "esqueleto fiscal" dos precatórios, em 2027, e Selic real de 4,5% ao ano no médio prazo.

Manoel Pires, também pesquisador do Ibre, destaca que a regra proposta converge com as diretrizes do governo, que quer aumentar investimento público e preservar gastos sociais "Então a válvula de escape para recuperar resultado primário é focar em arrecadação.

Mas isso não pode subverter ganhos econômicos da **reforma tributária**, senão vamos enxugar gelo", diz. A expectativa é que a reforma torne o sistema tributário mais racional e consistente com aumento de eficiência e de produtividade.

A literatura sobre as experiências internacionais considerando os efeitos das mudanças tributárias, afirma Borges, mostra que há uma diferença importante dos impactos macroeconômicos de aumentos de carga.

Majorações de alíquotas, diz, resultam em impactos muito negativos e persistentes sobre **PIB**, aumentando a probabilidade de ajustes fiscais contraproducentes.

Já ampliações de bases tributáveis geram efeitos negativos menores e mais concentrados no curto prazo.

Para Pires, a literatura mostra paralelo grande com o que parece que o governo quer. "As medidas apresentadas vão no sentido de aumentar receita reduzindo distorções do sistema tributário, exatamente para reforçar o efeito da reforma. Se o governo conseguir isso irá melhorar o primário a um baixo custo marginal em termos de atividade econômica." Nessa linha de busca de receitas, Luiz Guilherme Schymura, pesquisador do Ibre, diz esperar que saídas rápidas como Refis não sejam usadas tão cedo. "Isso seria para quando as coisas estão apertando e passa-se a sacrificar o futuro." Outro elemento da nova regra aderente à literatura mais recente, afirma Borges, é a preservação do investimento público para reduzir a probabilidade de ajuste contraproducente.

"Por outro lado a retórica tem sido muito ruim, e isso trabalha contra uma contração fiscal expansionista", diz, referindo-se a um cenário "dos sonhos", que poderia levar a efeito positivo no **PIB** já no curto prazo, com forte redução do endividamento.

Os próprios mecanismos de enforcement, afirma, parecem "brandos". "Nem o céu nem a terra, mas a punição colocada na nova regra fiscal parece pequena." Pela regra proposta, o crescimento real das despesas é dado por 70% da variação de receitas recorrentes em 12 meses terminados em junho do ano anterior. O descumprimento da meta de primário leva, no ano seguinte, à redução de 70% para 50% nesse cálculo. A alta real de despesas tem teto de 2,5%. Um piso de aumento real de 0,6% é garantido, para quando não houver crescimento de receitas.

Pires observa que apesar de a regra no nível macro ser mais flexível, do ponto de vista micro ela enrijece o orçamento, em razão do piso de investimentos e da volta de vinculações à receita de gastos de saúde e educação. "Há risco de se conviver com alguma situação de 'shutdown'", diz, referindo-se ao cenário em que o corte de gastos é tão restritivo que impede o funcionamento da máquina pública.

Para ele, são duas as possibilidades de "shutdown". A primeira é a receita ficar baixa por alguns anos e a regra de gastos ser aplicada pelo piso. A outra possibilidade é o governo conseguir muita receita e fazer o orçamento com teto de 2,5%, mas os gastos vinculados à arrecadação crescerem muito e comprimirem o resto. "O risco está nos extremos." Mas ele ressalta que o cenário mais provável não é de shutdown, porque o governo deve ter algum ganho de arrecadação.

Borges avalia que é exatamente a regra de crescimento das despesas que pode criar estímulo político eleitoral. Ao garantir receitas para cumprir primário pelo menos até 2025, o governo garante maior espaço fiscal para gastos nos dois últimos anos do mandato.

Para Samuel Pessoa, pesquisador do Ibre, o ajuste pode dar certo se o discurso político do governo for bem-sucedido e o Congresso entregar 1,5% do **PIB** em receitas líquidas de repasses obrigatórios a Estados e municípios. Além disso, o Congresso também precisa entregar, diz, emenda alterando a regra de gastos na saúde e educação.

"Há risco de se conviver com alguma situação de shutdown" Manoel Pires

1,2% é o crescimento mínimo de receita para consolidação fiscal

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

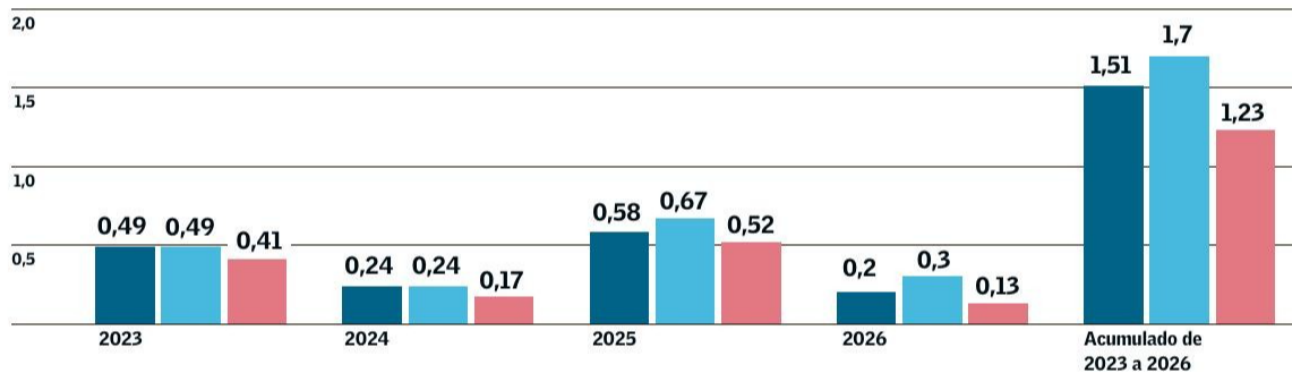
Expectativa de receitas

Aumento necessário de receitas para cumprir nova regra fiscal* - em % do PIB

● **Cenário 1** : PIB per capita real de 1,5% ao ano de 2025 em diante e diferencial entre deflator e IPCA de 0,9pp + aumentos de carga líquida recorrente necessários para cumprir centro da meta de primário

● **Cenário 2** : PIB per capita real de 1% ao ano de 2025 em diante e diferencial entre deflator e IPCA de 0,9 pp + aumentos de carga líquida recorrente necessários para cumprir centro da meta de primário

● **Cenário 3** : PIB per capita real de 1,5% ao ano de 2025 em diante e diferencial entre deflator e IPCA de 1,3 pp + aumentos de carga líquida recorrente necessários para cumprir centro da meta de primário



Fonte: Projeções de Bráulio Borges, Carolina Resende e Manoel Pires. * Considera o aumento necessário das Receitas Líquidas Recorrentes da União para viabilizar o cumprimento da meta central de resultado primário entre 2023 e 2026*

A face menos visível da reforma tributária (Artigo)

Por José Inacio F. de Almeida Prado Filho e Amanda Fabbri Barelli

Superado o momento da apresentação e entrega da proposta do novo arcabouço fiscal ao Congresso Nacional, ocorrida no dia 18 de abril, a continuidade natural da discussão segue em direção à estrutura da tributação no Brasil, cuja complexidade cheia de disfuncionalidades já se comprovou há muito tempo. Esse deve ser o impulso para que a **reforma tributária** finalmente ganhe tração para avançar: rediscutir a âncora fiscal acoplada ao sistema tributário reformado, sem o que nenhuma solução sustentável poderá ser encontrada.

A oportunidade será em parte desperdiçada se o tema arrecadatário for o único foco de atenção e se não aproveitarmos o momento para corrigir distorções, entre elas as concorrenciais de fundo tributário, cujos impactos são profundamente detratores do crescimento econômico e da geração de riqueza. A ICC Brasil, Comitê Nacional da ICC - International Chamber of Commerce iniciou esse esforço com task-force criada para mapear os impactos entre concorrência e tributação, cujo resultado foi o working paper lançado em dezembro de 2022. Longe de esgotar a discussão, essa iniciativa tem o objetivo de contribuir para o debate público e indica alguns elementos a partir dos quais a complexa interação entre tributação e concorrência poderá ser bem encaminhada.

Aspecto central será estabelecer, no novo sistema tributário reformado, feições estruturais mais duradouras de neutralidade tributária. Agentes, produtos e tecnologias concorrentes devem estar sempre submetidos ao mesmo regime fiscal, caso contrário criam-se vantagens artificiais capazes de distorcer a competição. O que se verificou como decorrência de algumas das características do sistema atual foi a fragmentação e multiplicidade de regimes fiscais, não raro a incidir de forma distinta sobre agentes econômicos em condições similares e atuantes no mesmo mercado. Benefícios fiscais muitas vezes casuísticos são apenas um dos exemplos mais visíveis dessa circunstância; aqueles atualmente em vigor devem fluir normalmente até seus prazos originais se esgotarem, como proteção dos que legitimamente confiaram nas regras, porém não significa que devam ser prorrogados ou renovados

sem análise aprofundada.

Esse esgotamento natural deve ser aproveitado ao máximo para dar fim, gradativamente, a essa multiplicidade de regimes existentes e assim refluir todos os contribuintes ao regime geral. Diante de mudanças significativas na estrutura do sistema, regras de transição apropriadas e em horizonte de tempo compatível com a mudança pretendida deverão ser estabelecidas.

Complemento significativo será a simplificação do sistema, que trará mais eficiência de arrecadação e fiscalização, como também maior isonomia entre contribuintes do mesmo mercado. A complexidade e fragmentação do regime tributário dificulta a detecção de ilícitos e coloca o contribuinte honesto em posição ainda mais desfavorável ante o sonegador. Mas exige-se também definir com mais precisão a figura do "devedor contumaz". Apenas assim será possível apartar a mera inadimplência eventual de contribuintes honestos da sonegação deliberada empregada como estratégia empresarial predatória da concorrência. Se combater a sonegação certamente evitará distorções competitivas e é medida que se encontra alinhada aos fins arrecadatários, quanto maior a carga tributária sobre certa atividade maior será o potencial de eventual inadimplemento causar distorções competitivas.

A interação entre tributação e concorrência estará sempre aberta ao debate. O artigo 146-A da Constituição Federal, que trata dos critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios na concorrência, segue ainda sem regulamentação, embora haja projetos em tramitação no Congresso Nacional para esse fim. A demora já ilustra as dificuldades do tema, que ainda deverá ser harmonizado com outros objetivos de políticas públicas, igualmente relevantes e dignos de consideração pelas autoridades públicas.

Diálogo será sempre fundamental, não apenas entre autoridades e entidades da sociedade civil, mas também entre os diversos órgãos públicos envolvidos, das diferentes esferas da federação. Autoridades de defesa da concorrência podem contribuir para avaliação prévia dos efeitos concorrenciais de medidas fiscais pretendidas pelo ente tributante, especialmente quando seletivas a determinados

produtos ou agentes. Por mais bem-intencionadas e amparadas em propósitos legítimos, elas podem apresentar efeitos concorrenciais ambíguos, razão por que sua análise detalhada deve sempre ser realizada. Além da análise prévia de impacto, autoridades fiscais e políticas deveriam se encarregar mais frequentemente de reavaliar suas políticas públicas (inclusive fiscais e tributárias), para aferir periodicamente se elas têm atingido os objetivos pretendidos e se seus efeitos concretos justificam eventuais distorções.

O tema está longe de ser simples, justamente por isso deve ser enfrentado com transparência e objetividade, com participação de toda a sociedade civil e autoridades públicas, visando soluções estruturais e sustentáveis no longo prazo.

José Inacio F. de Almeida Prado Filho e Amanda Fabbri Barelli são, respectivamente, pós-doutor em Direito Comercial pela FD-USP; e mestre em Direito pela FD-USP e pela University of Pennsylvania (EUA)

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Bolsa é tratada com "otimismo cauteloso"



Almeida da ASA: fundo mais construtivo posicionado em 'small caps'

Por Matheus Prado - De São Paulo

A bolsa brasileira aparece um degrau abaixo dos demais mercados domésticos nas discussões recentes de alocação, dado o elevado patamar dos juros. Mas tem crescido, nas últimas semanas, um discurso "cautelosamente otimista" em relação à renda variável, na medida em que agentes buscam antecipar o início do movimento de reversão do ciclo de aperto monetário do Banco Central.

Mesmo sem apoio de ações ligadas a commodities, que sofreram com temores de recessão global e a reabertura fraca da indústria na China, o Ibovespa avançou 2,50% em abril e 0,69% na primeira semana de maio, puxado por ações ligadas à economia local. Vale observar que investidores estrangeiros sacaram R\$ 1,68 bilhão do segmento secundário da B3 no início deste mês, enquanto os institucionais locais e os individuais têm saldo positivo de R\$ 316,6 milhões e R\$ 940,6 milhões, respectivamente.

Ricardo Almeida, diretor de renda variável da ASA Investments, afirma que ficou levemente mais construtivo durante as últimas semanas. O fundo "long only" (que aposta na valorização das ações em que investe) da gestora opera sem caixa atualmente e o "long bias" (que faz arbitragem e calibra o tamanho da exposição em bolsa de acordo com o cenário) tem posicionamento neutro após rodar mais conservador no início do ano.

"No exterior, a impressão é que o pior passou. O Federal Reserve (Fed) parou de subir juros e a crise bancária não parece ser importante o suficiente para dragar a economia", diz. "Localmente, existia pessimismo com o arcabouço, e, apesar de o projeto apresentado não ser como o mercado vislumbrava, afasta a tese de descontrole total nos gastos. Ademais, o petróleo caiu e o real segue se apreciando, o que reduz a pressão inflacionária."

Assim, e com uma reversão no ciclo de aperto monetário parecendo menos distante, o executivo afirma que a relação risco/retorno das ações ligadas à economia local começa a ficar atraente. "Temos posição relativa grande em "small caps" e gostamos de setores como construção civil e shoppings."

O momento, no entanto, ainda não permite visão consolidada. A XP Asset carregava apostas vendidas no Ibovespa no início do ano, que foram encerradas quando o índice alcançou o patamar dos 100 mil pontos. "A bolsa é negociada a preços atrativos, mas, enquanto o cenário de cortes de juros não for mais claro, deve continuar sofrendo. Além disso, há uma "espada" nas empresas, porque o governo precisa de arrecadação para fechar a conta do arcabouço fiscal", afirma Júlio Fernandes, gestor macro.

Em carta a investidores, a Atmos pondera sobre o impacto negativo de Brasília nos ativos, mas argumenta que a combinação entre o avanço da **reforma tributária** e a aprovação de um arcabouço fiscal crível pode derrubar os juros longos e beneficiar a renda variável.

"O impacto de uma eventual queda de juros deveria ser significativamente mais alto nas ações em comparação aos instrumentos de renda fixa, mesmo os atrelados à **inflação** com vencimentos longos, pois parte do principal é devolvida ao longo do tempo", diz o texto. (Colaborou Gabriel Roca)

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

0,69%
é a alta acumulada
do Ibovespa em maio

SUS importa cada vez mais



Estudo revela maior participação de importados no setor farmacêutico. Preço alto no país seria motivo

HENRIQUE LESSA

Quase metade das compras em medicamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS) são de produtos importados. O resultado é de um estudo da associação Farma Brasil, que representa farmacêuticas de capital nacional, e mostra que, ao longo da última década, o crescimento da participação de produtos estrangeiros nas compras do SUS, passou de 35,7% em 2010, para 48,4% em 2020, situação agravada durante a pandemia de covid-19.

Para o presidente da entidade, Reginaldo Arcuri, a diminuição da participação da indústria nacional acontece pela pressão por medicamentos de alta complexidade e alto custo nas compras governamentais. Ele destaca que a ausência de políticas públicas para a ampliação, desenvolvimento e capacitação do setor frente às novas técnicas, tem impossibilitado a obtenção mais rápida dessas capacidades.

Segundo Arcuri, a consequência é o retardado do lançamento de medicamentos mais avançados a partir de tecnologia nacional. O governo federal concorda com o diagnóstico da iniciativa privada e diz que pretende implementar uma nova política de desenvolvimento para o setor, considerado estratégico.

Na indústria de equipamentos médicos a desnacionalização é ainda maior. Segundo o superintendente da Associação Brasileira de Indústria de Dispositivos Médicos (Abimo), Paulo Henrique Fraccaro, o setor, que vai de luvas cirúrgicas, passando por próteses, até máquinas de última geração para exames, a falta de uma isenção tributária, como existe para os medicamentos, aliada à isenção de **tributos** nas importações governamentais, torna mais atrativo para o empresário produzir fora do Brasil.

"Mais de 55% do que o SUS compra é de origem importada. A participação é significativa, não pela qualidade do importado, mas em função da nossa legislação que dá privilégio aos órgãos públicos que podem importar sem pagar **tributos**", explicou Fraccaro.

O desequilíbrio tributário faz com que, até mesmo, empresas instaladas no Brasil optem por deixar de produzir aqui, abrindo fábricas em outros países.

Retomada

Por outro lado, a pesquisa da Farma Brasil também cita que a indústria brasileira, apesar de ainda não comercializar, já desenvolve produtos que utilizam engenharia genética nas células. Conhecidos como anticorpos monoclonais, possibilitam o tratamento de diversas doenças como o câncer.

Eles atuam de forma direcionada, atacando apenas as células doentes. Outro avanço do país é o desenvolvimento de plataformas vacinais por RNA mensageiro, o que possibilitará um sistema nacional para o desenvolvimento rápido de imunizantes, como fizeram alguns laboratórios estrangeiros durante a pandemia.

A necessidade de retomar a produção nacional no setor de saúde ficou evidenciada pela crise sanitária e o governo está agindo nesse sentido, garantiu o diretor do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde, Leandro Safatle. Para ele, a situação tributária da indústria de equipamentos já foi diagnosticada e é uma distorção que precisa ser corrigida.

"É preciso envolver diversos órgãos para evitar essa situação, essa harmonização tributária precisa ser feita. Quem produz no país não pode pagar mais **impostos** que quem está importando. Uma situação que precisa ser corrigida", completou Safatle.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/08/all.pdf>

Crise dos planos de saúde gera queixa de atrasos de R\$ 1 bilhão



Pacientes esperam atendimento em hospital na zona leste de São Paulo. Hubert Cavallari - 4 Jun 2022 / F1049999

Joana Cunha

SÃO PAULO A crise dos planos de saúde, que fecharam 2022 com prejuízo operacional de R\$ 11,5 bilhões, o pior patamar mensurado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) em 20 anos, provoca um efeito cascata no mercado e pode ficar ainda mais profunda do que sinalizam os indicadores do setor.

Distribuidores e importadores de produtos como próteses, válvulas cardíacas e outros materiais especiais usados em tratamentos e cirurgias dizem que estão subnotificados os casos de falta de pagamento das mercadorias que vendem aos planos de saúde e hospitais. Os próprios hospitais também se queixam de atraso e atribuem aos planos a responsabilidade pela dilatação dos prazos.

De acordo com a Abraidi (Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde), cresceu no último ano a prática da retenção de faturamento, ou seja, o fornecedor entrega uma prótese de joelho ou um stent para uma cirurgia, mas o comprador, que pode ser o plano de saúde ou o hospital, exige que ele atrase a emissão da nota fiscal, mantendo a transação sem registro oficial por mais tempo.

Segundo levantamento da entidade com cerca de 300 associados, há mais de R\$ 1 bilhão em vendas cujas notas fiscais ainda não foram emitidas, um aumento de quase 50% em relação à sondagem realizada há um ano.

Ainda segundo a pesquisa, o tempo médio até a emissão da nota fiscal está em torno de 48 dias, mas alguns fornecedores dizem ter casos atrasados por mais de seis meses.

A Abraidi afirma que os fornecedores se submetem e aceitam postergar o faturamento porque se trata de um setor muito pulverizado, com inúmeros distribuidores regionais de porte pequeno e médio, que têm receio de retaliação comercial dos compradores, os quais são, geralmente, companhias maiores, com poder de compra fortalecido.

"Isso acontece depois que a cirurgia foi executada, e o paciente voltou para casa curado. Não é que o fornecedor não consegue cobrar. Ele não consegue nem emitir a nota fiscal daquilo que foi usado na cirurgia. Para nós, isso representa um prazo extremamente dilatado de recebimento. Se eu levo 90 dias para faturar e outros 120 para receber, o meu prazo de recebimento é de 210 dias", diz Sérgio Rocha, presidente da Abraidi.

Hella Gottschefsky, diretora jurídica da associação, afirma que a prática posterga o reconhecimento de dívidas com fornecedores, podendo gerar uma falsa impressão positiva nos balanços de hospitais e planos.

A entidade diz que está reunindo dados para denunciar à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e que vê analogia com o caso da Americanas. Questionada pela reportagem se o problema tem chamado a atenção, a CVM afirma que acompanha informações e movimentações, tomando medidas cabíveis quando necessário.

A ANS afirma que não interfere na dinâmica da relação entre a operadora e o prestador, mas avalia que o atraso das notas, por si só, não gera impacto nos números de sinistralidade porque é estimado um provisionamento.

"Mesmo para aquelas despesas ainda não comunicadas (ocorridas e não avisadas) as operadoras estimam, a partir do seu histórico, a expectativa de aviso das mesmas, provisionada nas demonstrações financeiras (provisão de eventos ocorridos e não avisados). Este processo independe de nota fiscal", diz a ANS.

A outra parte da preocupação dos fornecedores é com a fiscalização tributária em um momento em que o governo intensifica os esforços para buscar alternativas de arrecadação perdida.

O receio entre os fornecedores é o de serem autuados por sonegação, já que a mercadoria circula sem a emissão de nota. Além do ICMS estadual, a preocupação abrange a incidência dos **tributos** federais, como Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social e Pis/Cofins.

Pelos dados da Abraid, do total de R\$ 1,1 bilhão de faturamento retido, quase R\$ 503 milhões correspondem a produtos entregues para hospitais privados e mais de R\$ 470 milhões são de convênios, planos de saúde e seguradoras.

O SUS abrange outros R\$ 111 milhões. O problema representa 12% das receitas das distribuidoras e importadoras associadas à entidade.

Antônio Britto, diretor da Anahp (associação de hospitais privados), afirma que o cenário é ainda mais complexo: "A realidade é que estamos enfrentando um momento de uma crise no sistema todo, onde os planos, para melhorar o fluxo de caixa, vêm atrasando o pagamento aos hospitais".

"E os hospitais não podem pagar os fornecedores sem ter recebido dos planos de saúde", acrescenta o diretor da Anahp.

Entre os hospitais ligados à Anahp, o indicador de glosas, que são os questionamentos feitos pelos planos às faturas enviadas pelos hospitais e prestadores de serviço, subiu mais de 20% entre 2021 e 2022, e o prazo médio de recebimento cresceu 7%, para 73 dias.

A Abramge, associação que reúne planos de saúde, afirma que as empresas têm obrigação regulatória de provisionar 100% dos valores ainda não pagos.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50270>

Planos de saúde

Índice de sinistralidade dos planos de saúde

Valores em %



Fonte: Fenasaúde

Resultados das operadoras com maiores prejuízos

Em R\$ milhões

	Operacional	Líquido
Amil	-3.155	-1.645
Prevent Senior	-1.082	-872
Metlife Planos Odontológicos	-617	-626
Caixa de Assist. do Banco do Brasil	-646	-286
Notre Dame Intermédica	-121	-236
Sul América	-182	-192
Fund. Assistencial dos Serv. do Min. da Fazenda	-239	-184
Santa Helena	-22	-167
Unimed Goiânia	-194	-86
Unimed de Santos	-80	-73

Fonte: ANS

Com imposto maior, investir lá fora ainda vale a pena?

ISABEL FILGUEIRAS E MARCELO D'AGOSTO

Nos últimos anos, mais brasileiros passaram a investir diretamente no exterior.

Por trás desse movimento estão a alta das Bolsas americanas, juros historicamente baixos no Brasil em 2019 e um dólar valorizado. De 2019 a 2021, os brasileiros investiram cerca de US\$ 35 bilhões em ativos lá fora, segundo dados do Banco Central.

Já este ano, com a alta de juros nos países desenvolvidos, o interesse está na renda fixa internacional. E com a possibilidade de redução na Taxa Selic, a diferença entre os juros daqui e lá fora pode ficar ainda menor.

Eram mais comuns as aplicações indiretas, por meio de fundos de investimento no exterior e de Brazilian Depositary Receipts (BDRs, liberados também para pequenos investidores em 2020). Mas com a internacionalização dos mercados e novas tecnologias, o investimento direto no exterior ficou mais simples.

Houve ainda a chegada das contas internacionais para pessoa física, com remessas iniciais de valor mais baixo, a partir de US\$ 100.

Para completar o cenário, a **legislação tributária** brasileira é, na prática, mais branda com os ganhos e rendimentos recebidos do exterior.

Mas isso agora pode mudar.

O governo federal publicou a medida provisória (MP) 1.171/23, que eleva a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física. Só que, para manter a arrecadação, a partir de 2024 vai aumentar a taxa para quem investe fora do Brasil.

O texto tem até 120 dias para ser votado no Congresso, onde pode sofrer alterações.

Só depois de aprovado ganha status de lei.

Embora o alvo principal da medida sejam as grandes fortunas que investem por meio de estruturas complexas, como empresas offshore e trusts, o investidor comum também verá mudanças e pode ter

de reavaliar suas estratégias. É possível até que investir no exterior por meio das alternativas locais (como BDRs e ETFs) volte a ser mais interessante.

COMO É HOJE Atualmente são tributados dois tipos de recebimentos do exterior. O primeiro é o ganho de capital, que é um lucro apurado a partir da diferença entre o preço de compra e o de venda de um ativo financeiro. Se a soma dessas transações ficar abaixo de R\$ 35 mil mensais, o investidor está isento do imposto sobre ganho de capital.

Com isso, é possível fazer várias pequenas operações isentas de IR ao longo do ano.

Apenas quando a venda total de ativos, como ações e ETFs (fundos estrangeiros negociados em Bolsas internacionais), ultrapassar os R\$ 35 mil em um mês é preciso acertar as contas com o Fisco.

Se o ganho for de até R\$ 5 milhões, o imposto é de 15%.

Para lucros maiores, o percentual aumenta.

O segundo tipo de receita vinda de investimentos no exterior entra na classe dos rendimentos e trata de dividendos, aluguéis e cupons, como são chamados os retornos pagos pelos juros dos títulos de renda fixa. Na regra vigente, esse dinheiro entra na declaração de IR seguindo a tabela progressiva, com faixa de isenção de R\$ 2.112 e **tributos** que podem chegar a 27,5%. E, sempre que há saldo positivo, o investidor deve pagar o carnê-leão até o mês subsequente ao recebimento.

COMO PODERÁ SER A partir da MP, caso seja aprovada sem mudanças, os dois tipos de recebimentos (ganhos de capital e rendimentos) serão tratados da mesma forma.

Tudo é unificado em uma única tabela, em que o imposto vai de zero a 22,5% e depende do volume de dinheiro ganho lá fora, incluindo no cálculo possível valorização da moeda estrangeira ante o real.

Se o lucro anual efetivamente recebido pelo investidor for de até R\$ 6 mil, não haverá tributação. Para ganhos acima deste valor e até R\$ 50 mil, o imposto será de 15%. Para montantes superiores, de 22,5%.

Em tese, a vida do pequeno investidor ficaria um pouco mais fácil. Afinal, ele não teria de pagar o carnê-leão sempre que obtivesse ganho, como é hoje. Pela MP, a prestação de contas ainda irá existir, mas ocorrerá na declaração de ajuste anual do IR.

No novo sistema, o valor da operação, em si, deixa de ser levado em consideração, e somente o que a pessoa efetivamente teve de saldo positivo entra no cálculo. Portanto, se alguém faz uma venda de ações de R\$ 50 mil e tem somente R\$ 5 mil de lucro naquele ano, segue isento.

Em contrapartida, o investidor poderá ser taxado por todos os ganhos, de qualquer tipo de aplicação, que ultrapassarem a isenção anual de R\$ 6 mil. Hoje, quem investe lá fora e se organiza consegue obter até R\$ 35 mil todo mês, limpos de imposto.

Na nova regra, um investimento hipotético de US\$ 12 mil que tenha rendimento de 10% no ano, incluindo a variação cambial, ficaria isento de imposto. Mas uma aplicação de US\$ 120 mil com o mesmo percentual de rendimento teria tributação equivalente a 15% dos ganhos.

-Em algumas circunstâncias, investimentos feitos aqui no Brasil poderão passar a ser mais interessantes sim.

Mas não seria possível generalizar - diz Ana Carolina Monguilod, mestre em Direito Tributário Internacional pela Universidade de Leiden e colunista do Valor Investe.

ATENÇÃO À TRIBUTAÇÃO O imposto sobre os ganhos com as aplicações em modalidades locais de aplicação no exterior, como BDRs e fundos de investimento, é de 15%. Nesse último caso, no entanto, apenas para os fundos que investem exclusivamente em ações. Se o fundo atuar em vários mercados, o investidor precisa manter a aplicação por mais de dois anos para obter a tributação mínima, como nos demais tipos de fundos.

A possibilidade levantada pela tributarista vale especialmente para os BDRs, que têm tributação fixa independentemente do prazo do investimento e podem representar tanto o investimento em ações quanto em ETFs. No fim das contas, dependendo do valor investido, do valor resgatado e do prazo da aplicação, as modalidades locais terão uma tributação menor do que a da tabela de imposto para investimentos no exterior, que vai até 22,5%.

-A tributação lá fora pode ser interessante para fundos que não distribuam rendimentos.

Se a participação não caracterizar controle, que é o caso dos investimentos em fundos oferecidos pelo mercado ou por bancos, será possível postergar a tributação, enquanto os fundos abertos brasileiros têm o come-cotas (IR cobrado em maio e novembro) -diz Ana Carolina.

Para Rodrigo Samaia, responsável pela área de produtos da EQI Internacional, a diversificação internacional dos investimentos é importante para o portfólio e não deve ser uma decisão tomada ao sabor das mudanças da legislação.

De todo modo, mesmo que a MP passe sem alterações, as novas regras só entrarão em vigor em 2024. E os investidores terão todo este ano para se beneficiar da legislação vigente e se preparar para as mudanças.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

OS REGIMES PARA CADA TIPO DE APLICAÇÃO

Tributação de investimento no exterior

		INVESTIMENTO DIRETO		PELO BRASIL
Ganho de capital	Como é	O que prevê a MP		Como é via BDR
Ação estrangeira ▶	Isento em vendas de até R\$35 mil por mês, e alíquota de 15% sobre ganhos de até R\$ 5 milhões	Isento até R\$ 6 mil por ano, na alienação; 15% de R\$ 6 mil a R\$ 50 mil; 22,5% acima de R\$ 50 mil		Alíquota de 15% no resgate, independentemente do valor
Fundos de ações estrangeiras ▶	Isento em vendas de até R\$ 35 mil por mês, e alíquota de 15% sobre ganhos de até R\$ 5 milhões	Isento até R\$ 6 mil por ano, no resgate; 15% de R\$ 6 mil a R\$ 50 mil; 22,5% acima de R\$ 50 mil		Via fundos que investem no exterior Alíquota de 15% no resgate, independentemente do valor
Fundos multimercados e renda fixa ▶	Isento em vendas de até R\$ 35 mil por mês, e alíquota de 15% sobre ganhos de até R\$ 5 milhões	Isento até R\$ 6 mil por ano, no resgate; 15% de R\$ 6 mil a R\$ 50 mil; 22,5% acima de R\$ 50 mil		Via fundos que investem no exterior Alíquota de 22,5% a 15%, conforme prazo; com come-cotas semestral de 15% (para fundos abertos de longo prazo)

Tributação de investimento no Brasil

QUANTO SE PAGA		QUANTO SE PAGA	
Ação ▶	Isento até R\$ 20 mil por mês; alíquota de 15% acima, na alienação	CDBs ▶	Alíquota de 22,5% a 15%, conforme prazo
Fundo de ação ▶	Alíquota de 15% no resgate, independentemente do valor	Poupança, LCI, LCA, CRI, CRA e LIG ▶	Isentos
Fundos multimercados e de renda fixa de longo prazo ▶	Alíquota de 22,5% a 15%, conforme prazo; com come-cotas semestral de 15%, no caso de fundos abertos	FIIs ▶	Dividendo isento (preenchidos requisitos legais) e 20% no ganho de capital

Editoria de Arte



“Em algumas circunstâncias, investimentos feitos aqui no Brasil poderão passar a ser mais interessantes sim. Mas não seria possível generalizar”

Ana Carolina Monguilod,
mestre em Direito Tributário
Internacional

Desigualdade que beira o ridículo - ANA CRISTINA ROSA

ANA CRISTINA ROSA

Uma das características mais cruéis de uma sociedade tão desigual como a brasileira é o menosprezo da elite -que usufrui de todos os direitos, além de muitos privilégios- em relação aos problemas cotidianos da massa de desvalidos que compõem o povo.

Não é de hoje que as classes C, D e E vêm se encalacrando para sobreviver. Pesquisas apontam o endividamento crescente entre os mais pobres, que contraem dívidas até para comprar comida a crédito! Sem falar nos milhares que estão à margem, literalmente passando fome.

Com **inflação** e juros em alta, a "ralé" vive uma espécie de looping de carências que beira o ridículo de tão aviltante em comparação com a qualidade de vida dos mais ricos.

Hoje, em São Paulo, para comprar uma cesta básica são necessários R\$ 794,68, segundo o Dieese. Isso é mais de 60% do valor do novo salário mínimo. Parece até piada, e de muito mau gosto, considerando que o mínimo deveria suprir todas as necessidades básicas de uma família. Mas é a realidade do pobre no Brasil, que inclui o drible das contas do mês. A saída óbvia é escolher o que deixar de pagar.

Na classe C, que representa o universo de brasileiros que recebem entre R\$ 5,2 mil e R\$ 13 mil mensais, 80% das pessoas estão endividadas! Não é preciso muito esforço para imaginar a situação das famílias das classes D e E, onde os rendimentos não ultrapassam os R\$ 5,2 mil.

Também não é demais lembrar que a maioria desses cidadãos é negra, segundo pesquisa recente do Instituto Locomotiva. Por que será?

Nesse cenário bizarro, está cada vez mais difícil encontrar alguém que frequente o comércio e ainda não tenha sido abordado por um desamparado pedindo alguma coisa -não só na entrada, mas também no interior dos estabelecimentos.

Não sei o que é mais triste e constrangedor: a vulnerabilidade dos pedintes; a grosseria dos fiscais das lojas com quem está a esmolar; ou a indiferença

dos que são incapazes de acolher um pedido genuíno.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50270>

Governo diverge sobre acordo UE-Mercosul



Lula e o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sanchez, que estarão à frente de Mercosul e UE. Gustavo Valiente - 26.abr.2023/Xinhua

BRASÍLIA O avanço do acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul esbarra tanto em novas condicionantes pedidas pelos europeus como em divergências internas do governo Lula sobre a necessidade de renegociar pontos específicos. Os entraves colocam em risco a promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de dar um desfecho para as negociações ainda neste ano -desfecho que, na prática, não depende só de Lula, mas, sim, da aprovação de 31 países membros dos dois blocos.

O próprio chefe do Executivo critica os termos pactuados em 2019 pelo então governo Jair Bolsonaro (PL). Em janeiro, durante visita do primeiro-ministro da Alemanha, Olaf Scholz, Lula citou as compras governamentais como ponto central de preocupação.

O acordo prevê que fornecedores de bens e serviços de cada lado sejam tratados como se fossem domésticos nas licitações realizadas pela contraparte. É um tema visto como crucial por corresponder a uma parcela significativa do **PIB** do país e por ser um mecanismo para cumprir objetivos de desenvolvimento e redução de desigualdades.

Está em debate a dificuldade nos chamados off-services, quando se colocam especificidades em uma licitação pública, como as que envolvem transferência de tecnologia.

Segundo interlocutores que acompanham as conversas, o ponto é alvo de contestação do Ministério da Gestão e da Inovação. Há temor de que as

condições acordadas no texto original engessem as compras públicas e dificultem reação rápida do governo em emergências, como pandemias.

Procurada, a pasta disse que, no momento, "realiza uma revisão sobre o acordo que havia sido iniciado na administração passada".

O argumento encontra eco em outras alas políticas do governo Lula, como o grupo ligado ao ex-chanceler Celso Amorim -hoje chefe da Assessoria Especial do presidente- e a Casa Civil. O atual teor do acordo nesse dispositivo afetaria áreas como Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia.

Na gestão petista, há o entendimento de que o acordo negociado contém um "desequilíbrio muito grande" e é desfavorável para Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Nesse contexto, o fato de Mercosul e UE estarem negociando atualmente um termo adicional sobre compromissos ambientais serve de argumento para os que defendem a renegociação de outras partes do acordo. Na avaliação de um membro do governo ouvido pela Folha, a inclusão de exigências adicionais que não estavam na proposta original já configura, na prática, uma reabertura do tratado -ainda que não de maneira formal.

É o entendimento, por exemplo, da Casa Civil. Procurada, a pasta indicou que a apresentação do instrumento complementar -chamado de side letter- abre "necessariamente" uma rodada de estudos, discussões e debates para que se possa firmar uma posição do Brasil e do Mercosul.

"Adicionalmente, a apresentação de novos termos do acordo no formato da side letter europeia também enseja, de forma análoga, a elaboração de uma contraproposta."

Os negociadores brasileiros, em conjunto com os pares sul-americanos, planejam espelhar a estratégia europeia e acomodar as preocupações do Mercosul, além de reforçar alguns pontos de interesse, por meio de um documento adicional, em formulação.

A articulação para aprofundar as negociações em determinados quesitos, contudo, esbarra no interesse de ministérios ligados à área econômica, como Fazenda, Planejamento e Orçamento e Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços,

além do Itamaraty -mais inclinados a fechar de vez o acordo.

As alas mais pragmáticas consideram que o tratado, ainda que insatisfatório e aquém do esperado pelo governo brasileiro, traria benefícios para o país, como uma maior diversificação das exportações. Também acreditam que uma reabertura do acordo poderia implicar um prolongamento indefinido das discussões.

Na interpretação de interlocutores do governo, há também maneiras de se chegar a termos mais favoráveis ao Mercosul usando brechas do próprio texto original. No quesito das compras governamentais, por exemplo, há um artigo que trata especificamente de modificações e retificações de cobertura, o que viabilizaria uma revisão de questões mais incômodas.

Nos bastidores, alguns envolvidos têm a percepção de que a deliberação ganhou contornos mais políticos do que técnicos. Isso seria simbolizado, por exemplo, pela decisão de realizar reuniões na Casa Civil, em vez de em outros órgãos do governo.

A Casa Civil, por sua vez, afirma que, "como órgão responsável pela coordenação de governo, precisa ouvir as observações e análises em construção pelos diversos órgãos".

De modo geral, os participantes das conversas veem correntes distintas no país atuando para influenciar o desfecho do acordo. Uma ala avalia que os termos atuais são incompatíveis com a agenda do governo Lula.

Outra vê espaço para negociar as condições de forma que se alinhem aos interesses da administração petista, enquanto alguns atores individuais desejam fechar o tratado de qualquer jeito.

Nos dois últimos grupos, a percepção é que a não conclusão do acordo é problemática e não convém ao Brasil. Segundo pessoas a par das discussões, outros sócios do Mercosul -principalmente Uruguai e Paraguai- também estão firmes na defesa da não reabertura do tratado.

Para a Casa Civil, possíveis divergências entre os ministérios são "naturais e saudáveis".

Na diplomacia brasileira, mais do que um acordo de livre comércio, o acerto com a UE é visto como elemento importante de inserção na geopolítica internacional e evidencia a credibilidade negociadora do Mercosul.

O ponto final nas negociações, por outro lado, também

passa pela reação dos europeus à contraproposta do Mercosul. Há ceticismo quanto à ratificação da proposta no Parlamento europeu em meio à resistência de países como França, Áustria e Irlanda. Um encontro entre as partes está previsto para o fim de maio, em Buenos Aires.

O governo brasileiro vê uma janela de oportunidade para a conclusão do acordo no segundo semestre, quando o Brasil assumirá a Presidência rotativa do bloco sul-americano e a Espanha, que também tem interesse no acerto, presidirá o Conselho da UE.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50270>

Inadimplência bate recorde e chega a 43,4% dos brasileiros

MÁRCIA DE CHIARA

Nunca houve tantos brasileiros adultos inadimplentes, especialmente aqueles que vivem em centros urbanos ligados à indústria e à prestação de serviços, que ainda sentem o baque da pandemia. Em março, na média do País, 43,4% da população com mais de 18 anos de idade tinha deixado de pagar dívidas. É uma marca recorde da série iniciada em novembro de 2016 pela Serasa, empresa especializada em informações financeiras.

O calote elevado emperra o crescimento da economia - tanto que o tema foi alvo de várias promessas de campanha dos candidatos à Presidência da República na última eleição.

O lançamento do Desenrola, programa do governo federal de renegociação de dívidas das pessoas físicas, está atrasado, à espera de soluções para questões técnicas.

Enquanto isso, a inadimplência avança, ainda em ritmo mais lento em relação ao passado recente, mas o suficiente para se manter em níveis recordes.

Em março, 70,71 milhões de inadimplentes deviam, em média, R\$ 4.731,62. As pendências com bancos, cartões de crédito, lojas e contas de água, luz e serviços de comunicação somavam R\$ 334,5 bilhões.

Inflação e desemprego em desaceleração, mas ainda em níveis elevados, e a fraqueza da atividade econômica são o pano de fundo do mapa do calote que ganha contornos específicos em cada Estado. Isto é, depende da combinação entre o ritmo da atividade predominante na região, do desemprego, da renda e do volume de auxílios recebidos do governo pela população.

De acordo com o levantamento da Serasa, em cinco unidades da Federação mais da metade da população adulta estava negativada em março. Antes da pandemia, em março de 2020, só um Estado ultrapassava a marca de 50%: o Amazonas com 55,2%.

Quem liderou o ranking dos Estados mais inadimplentes foi o Rio de Janeiro, com 52,6% da população adulta no vermelho, seguido por Amapá

(52,4%), Amazonas (52,3%), Distrito Federal (51,1%) e Mato Grosso (50,2%). O Ceará, apesar do índice menor (45%), foi o Estado que mais avançou entre março de 2020 e março de 2023 no calote: mais de oito pontos porcentuais.

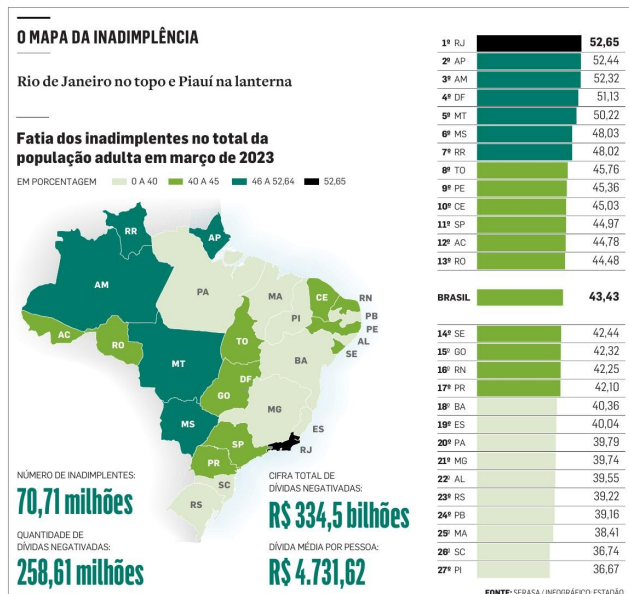
"Estados mais ligados ao setor de serviços, à indústria ou grandes centros urbanos estão em situação pior", diz o economista Luiz Rabi, da Serasa. Em março de 2020, o Rio de Janeiro ocupava a sexta posição no ranking dos mais inadimplentes e hoje está na liderança.

Além da falta de dinamismo da economia do Rio, sem um setor rural forte ou cadeia exportadora - exceto o petróleo em alguns municípios -, o Estado depende dos serviços, especialmente do turismo, que parou na pandemia, diz Rabi.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cenário
**Situação é pior em Estados
cuja economia depende
mais do setor de serviços
e da indústria**

Renda corroída pela inflação eleva número de "negativado"



MÁRCIA DE CHIARA

A renda é a principal variável que afeta a inadimplência, de acordo com o economista Luiz Rabi, da Serasa. Foi exatamente a corrosão da renda pelo aumento da **inflação**, sobretudo dos preços de produtos e serviços ligados ao carro, que fez Renan Laurentino, de 35 anos, morador no Rio de Janeiro, ficar inadimplente.

Ele trabalhava como motorista de aplicativo e viu suas despesas com combustíveis e manutenção do veículo crescerem e as receitas das corridas irem diminuindo. "Comecei acumular despesas no cartão de crédito, peguei empréstimo no banco para quitar e aí começou a bola de neve", conta.

A dívida com o banco, que chegou a R\$ 15 mil, Laurentino conseguiu quitar na semana passada porque voltou a trabalhar com carteira assinada em uma empresa de alarmes. Estudante de Fisioterapia, agora a sua pendência é com a faculdade, onde acumula dívida de R\$ 8 mil. "Ainda não sentei para conversar com eles, mas pretendo voltar a estudar em agosto e preciso estar com isso regularizado até lá." Michael Burt, economista da LCA Consultores, lembra que desde o início da pandemia a inadimplência caiu para a mínima histórica porque houve uma grande renegociação de dívidas e a taxa básica de juros, a Selic, recuou para 2% ao ano. "Houve um alongamento da curva de dívida das famílias", afirma.

Mas o calote começou a subir a partir do final de 2021 em razão da disparada da **inflação**.

A alta de preços prejudicou principalmente as camadas de menor renda, como uma enfermeira cearense que conversou com a reportagem sob a condição de anonimato.

Ela, que tem 28 anos e vive em Tauá, a 330 km de Fortaleza, está sem pagar financiamento estudantil desde novembro.

Empregada e com renda de R\$ 2,5 mil, ela deve cerca de R\$ 6,5 mil e nunca tinha ido parar na lista do calote.

"O que me levou à inadimplência foi a carestia", diz a enfermeira.

A saída para conseguir cobrir as despesas básicas, como a do supermercado, onde antes ela gastava R\$ 400 por mês e hoje não sai por menos de R\$ 700, foi deixar de pagar o financiamento estudantil.

Por enquanto, ela não vê chance de quitá-lo. "Estou no limite." POLO OPOSTO. Enquanto o Rio está no topo da lista do calote, três Estados estão no polo oposto. Piauí com 36,7% da população adulta inadimplente, é o último do ranking, superando Santa Catarina (36,7%) e Maranhão (38,4%).

Rabi aponta que os benefícios sociais, tanto do governo federal como programas específicos dos Estados, como fator de peso para o bom desempenho da inadimplência. "Até o ano passado, Piauí e Maranhão eram Estados que porcentualmente mais recebiam benefícios do Bolsa Família." Segundo levantamento da LCA Consultores, a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Social, em fevereiro deste ano, o Piauí foi a unidade da federação que mais recebeu Bolsa Família, com uma parcela de 19,4% da população. Maranhão também figura entre os mais beneficiados, com 17,5%.

Burt, da LCA, acredita que o melhor desempenho da inadimplência do Piauí e do Maranhão também esteja ligado às maiores facilidades na renegociação de dívidas. Embora não tenha feito estudo a respeito, ele concorda com Rabi e acredita que o benefício social deve ter tido impacto na renda da população.

Já os motivos que levaram Santa Catarina a estar bem na foto da inadimplência são a combinação da forte cadeia exportadora ligada ao agronegócio de carnes e aves, com renda média alta e uma taxa de desemprego que chega a ser a metade da média nacional

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Segurança nacional dita política econômica chinesa



Novos rumos. Visitantes percorrem o Museu Militar de Pequim, com Xi Jinping acenando para tropas em um telão; segundo analista, ideia é que a segurança nacional traga benefícios econômicos

MARCELO NINIO internacio@oglobo.com.br PEQUIM

Quando Xi Jinping assumiu o poder, em 2012, um dos principais problemas da China era a crise do meio ambiente, que ameaçava gerar instabilidade social no país e manchava a sua reputação internacional.

Com mobilização política em massa e investimentos pesados, o governo conteve a crise e uniu dois objetivos: o combate à poluição e o estímulo à indústria verde.

Hoje, a China é líder mundial na produção de equipamentos para energias solar e eólica e também o maior fabricante de carros elétricos.

Com o acirramento da rivalidade com os Estados Unidos, a China move cada vez mais sua capacidade industrial para repetir a conjunção entre duas prioridades, a segurança nacional e o crescimento econômico.

Na reunião da semana passada do Politburo, o núcleo central do Partido Comunista, foi reforçada a prioridade de alcançar autossuficiência em tecnologias cada vez mais críticas na economia global, como inteligência artificial.

"REORIENTAR PRIORIDADES"

Em seu relatório apresentado no congresso do PC em outubro, Xi mencionou "segurança" 91 vezes, bem mais que "economia" (60). A política econômica do país é cada vez mais ditada pela preocupação com a segurança nacional, diz Andrew Baston, diretor de pesquisa para a China da consultoria Gavekal

Dragonomics, cujos estudos servem de referência em análises sobre o país para investidores e governos ao redor do mundo.

- A liderança chinesa parece estar convencida de que é preciso reorientar as prioridades para sobreviver à competição com os EUA e sair por cima.

Isso inclui aumentar a produção e a pesquisa científica para obter autossuficiência, algo que já ocorre há alguns anos, mas ganhou mais ênfase no sistema industrial. Essencialmente, o que o governo quer é conduzir o crescimento num esforço da sociedade para remodelar a economia chinesa diante dessa competição econômica geopolítica - disse Batson, em conversa semana passada com correspondentes estrangeiros em Pequim.

Segundo ele, a ideia é que o fortalecimento da segurança nacional também gere benefícios econômicos, numa remodelagem da base industrial.

Ainda não há um modelo econômico coerente de como isso pode ser alcançado, diz Batson, mas é clara a orientação da liderança em Pequim de que a segurança nacional deve conduzir as demais políticas.

A falta de clareza não é algo incomum no país, pelo contrário, lembra o analista. Ele recordou a famosa frase de Deng Xiaoping, o líder que deflagrou as reformas econômicas no país no fim dos anos 1970: "É preciso atravessar o rio sentindo as pedras sob os pés" - ou seja, mudança e adaptação de acordo com as circunstâncias. Num momento de instabilidade geopolítica, definições mais amplas de segurança nacional surgiram em muitos países, com sérios riscos como o aumento do protecionismo e do nacionalismo econômico.

Mas na China de Xi, o PC converteu a segurança nacional em "um objetivo em si mesmo e num elemento central do modelo de governança", diz um relatório do Merics, o mais importante centro de estudos sobre a China da Europa, com sede em Berlim.

O avanço econômico tem sido a principal fonte de legitimidade do PC desde a época de Deng Xiaoping, mas com Xi o paradigma mudou, diz o relatório, e o novo mantra é "integração entre desenvolvimento e

segurança". A ideia do governo, prossegue o estudo, é canalizar recursos para inovação com base no conceito de que a segurança nacional deve integrar todas as suas dimensões, seja econômica, alimentar, tecnológica ou militar.

TRANQUILIZANDO O MERCADO

A grande questão é como isso será executado de modo a estimular o crescimento econômico.

Na reunião do Politburo, a liderança buscou passar uma mensagem tranquilizadora à sociedade e ao setor privado, de que ficaram para trás interrupções dos últimos anos como as quarentenas da política de Covid zero e o aperto regulatório nas empresas de tecnologia.

Contribuíram para o tom positivo os acenos pró-mercado do novo premier, Li Qiang, e o crescimento melhor que o esperado do **PIB** no primeiro trimestre.

Mas as mensagens são dúbias.

Enquanto no discurso o governo se mostra amigável aos investidores estrangeiros, na prática o endurecimento das medidas de segurança sinaliza o oposto para quem faz negócios no país. Duas empresas de consultoria americanas sofreram batidas da polícia no último mês. Uma emenda aprovada semana passada tornou a lei antiespionagem mais rígida, expandindo os casos de suspeita de crimes de segurança. A nova lei, que entra em vigor em julho, amplia o poder do Estado de impedir a saída de pessoas do país, incluindo estrangeiros.

Segundo um relatório da ONG Safeguard Defenders, com sede em Madri, milhares de chineses foram impedidos de sair nos últimos anos.

Para Andrew Batson, a mensagem amigável do novo premier pode ser válida no curto prazo, enquanto o país retoma a atividade econômica após três anos de sobressaltos causados pela política de Covid zero. Mas, no plano estratégico, "o homem de cima" deixou claro que a prioridade é a segurança nacional. Conciliar isso a uma política econômica que promova o crescimento da indústria será um desafio muito maior do que a bem-sucedida transformação implementada no setor da transição energética, diz ele.

-Não é um modelo fácil de ser reproduzido. Uma das razões do sucesso da indústria de carros elétricos é que a China foi usada como base industrial por empresas estrangeiras, mais notadamente a Tesla. Na atual situação geopolítica, dificilmente as multinacionais farão da China sua base global de

exportação, qualquer que seja o produto - diz Batson.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Galípolo no comando do BC preocupa o mercado

Alex Ribeiro

O balão de ensaio sobre uma eventual indicação do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, para a presidência do Banco Central ganhou força na semana passada - e disseminou preocupações entre economistas e operadores do mercado financeiro.

São dois aspectos que causam inquietação, segundo fontes ouvidas pelo Valor. Primeiro, a ideia pouco usual de indicá-lo para, primeiro, ocupar uma diretoria colegiada no Banco Central e, depois, ser alçado ao comando, substituindo Roberto Campos Neto. Também causa aflição o seu histórico acadêmico.

Ele assina, por exemplo, com o economista André Lara Resende, um texto com propostas na linha da Nova Teoria Monetária (conhecida pela sigla em inglês, MMT). Há apenas dois anos, defendia em "lives" uma política econômica não ortodoxa.

A eventual nomeação de Galípolo como diretor do Banco Central poderia minar tanto a presidência de Campos Neto como a sua própria aspiração de ocupar o cargo mais tarde. Pelo que foi vazado por fontes oficiais, o governo petista, que quer uma baixa imediata dos juros, comeria o Banco Central pelas bordas. Nomearia os dois primeiros membros pró-juros baixos agora e outros dois no fim do ano, quando abrem outras vagas. Não seria a maioria no Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, que tem nove membros, mas chegaria bem próximo disso - e poderia alterar o equilíbrio de forças em algumas reuniões. No fim de 2024, termina o mandato de Campos Neto, e o governo petista teria o controle do BC.

Galípolo já tem se movimentado nos bastidores para ganhar terreno no Banco Central. Quatro dos nomes mais fortes considerados para ocupar uma das vagas no Copom abertas em fevereiro têm ligações próximas com ele.

Um operador do mercado financeiro pontua que Galípolo se sentaria na cadeira com um potencial conflito de interesses: agradar o presidente Lula para assegurar a indicação para o comando do BC. Mas, por outro lado, ele teria que ser sabatinado e aprovado pelo Senado duas vezes, uma vez como diretor e outra como presidente. Ou seja, teria que andar numa

linha fina para agradar o governo petista sem perder viabilidade no Senado.

A principal preocupação ouvida pelo Valor no mercado é que suas ideias econômicas, pelo que tudo indica, são bem diferentes do paradigma em que opera a política monetária, não só no Brasil, mas também nas economias avançadas.

Desde que entrou no governo, Galípolo tem sido moderado nas críticas ao Banco Central. Ele reconheceu, por exemplo, o direito do presidente Lula de fazer cobranças sobre a política monetária. Mas, por outro lado, tem destacado que, no fim, essa é uma decisão na alçada dos membros do Copom, um gesto de respeito à autonomia do órgão. Caberia à área econômica criar condições, na política fiscal, para o BC cortar os juros. Nos seus pronunciamentos, ele tem sido sutil ao ponto de não fazer uma ligação direta e mecânica entre a política fiscal e monetária. Numa live do UOL, por exemplo, destacou um canal em que a política fiscal influencia a monetária: os preços de ativos, como o dólar e a curva de juros.

Os pronunciamentos mais recentes parecem, em muitos aspectos, os de um banqueiro central, embora ele não seja reconhecido com quem tem as qualificações para ser um deles, como conhecimento teórico e prático de política monetária ou sobre o funcionamento do mercado. Mas não seria o primeiro - Henrique Meirelles, que antes de assumir o BC era um banqueiro, supriu as lacunas cercado-se de técnicos competentes nessas áreas.

O que preocupa é o que ele disse e escreveu num passado não tão distante. Em 2021, no podcast "Direito e Economia", Galípolo faz uma crítica bem elaborada da ortodoxia econômica. Vale ouvi-lo na íntegra para entender, sem recortes, um pouco da formação intelectual do candidato a presidente do BC.

Ele faz sérias restrições ao tratamento da economia como uma ciência natural e, discorre, por exemplo, sobre os modelos de projeção econômica - que são ponto de partida para qualquer análise feita pelo Copom e pelos BCs modernos.

"Os modelos econômicos são úteis como uma contabilidade do passado", disse. "Por isso há tantos vexames nas projeções." Os ortodoxos, em geral,

também reconhecem as limitações dos modelos. Os BCs tomam decisões com uma boa dose de julgamento. E não há essa visão ingênua de que economia é uma ciência natural.

Mas, ao fazer terra arrasada das ferramentas analíticas usadas pelos BCs, Galípolo dissemina receios de que possa se inclinar a fórmulas não ortodoxas rejeitadas pelo mercado financeiro.

Há menos de um ano, seu nome apareceu na equipe de especialistas do Núcleo Economia Econômica do Cebri que fez o documento "Diretrizes de Políticas Públicas para 2023", coordenado por Lara Resende. Um dos capítulos desse trabalho defende, basicamente, a adoção de uma política monetária na linha do MMT e do controle da curva de juros futuros. Se fosse levado adiante, significaria abandonar o regime de metas de **inflação** para adotar uma linha monetária alternativa. Não se sabe, ao certo, o quanto Galípolo compartilha das propostas descritas no documento, que foi feito a muitas mãos - embora não possa negar a co-autoria de um documento que assinou. O Valor procurou o secretário, mas não teve resposta.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Depois do teto de gastos (Artigo)



Frederico Jayme Jr e Francisco Tavares

O desenho constitucional da matriz fiscal brasileira adotou, a partir da promulgação da Emenda Constitucional 95/2016, uma gama de disposições destoantes da tendência observada em países democráticos nos últimos anos. Alicerçada na tese de que a austeridade fiscal encerra efeitos econômicos potencialmente expansionistas, a medida instituiu um rígido e extemporâneo regime de controle de gastos.

A regra caracterizou-se por três atributos extremos, nunca observados concomitantemente em outros países: rigidez constitucional, duração vintenária e abrangência ampla (sem exceções para investimentos ou variantes como crescimento econômico e choques externos).

A expectativa era de que as despesas públicas seriam racionalizadas, diante de um teto que conduziria a eventuais aumentos de gastos para serviços essenciais, ao preço de cortes em segmentos privilegiados ou ineficientes.

Anunciava-se, igualmente, um restabelecimento da confiança entre agentes que negociam títulos públicos, com impactos sobre a redução dos juros que remuneram a dívida pública e, por via oblíqua, sobre o crescimento do **PIB**.

Os últimos anos, contudo, revelaram pífio desempenho econômico, atrofiação do custeio de direitos constitucionais e enxugamento da margem fiscal para que políticas governamentais ressoem preferências

eleitorais.

Em síntese, danos à economia, ao direito e à democracia.

Esse regime fiscal será, em breve, repostado por uma Lei Complementar, conforme prevê a Emenda Constitucional 126/2022. A proposta para esta legislação já tramita no Congresso, registrada como PLP 93/2023. O texto traz importantes adequações às boas práticas internacionais e ao que as evidências empíricas sugerem.

É importante, contudo, que aperfeiçoamentos ocorram ao longo de sua tramitação legislativa.

O novo arcabouço fiscal prevê um conjunto de medidas que, em linhas gerais, propõe uma meta de superávit primário e um limite de despesas, este submetido a um sistema em que os gastos primários não podem crescer acima de 70% do crescimento das receitas, observados um piso de 0,6% e um teto de 2,5% de crescimento, ambos em relação ao **PIB**. Além disso, há uma meta de superávit anual sujeita a bandas. Caso não seja alcançada, o aumento dos gastos não pode superar 50% do aumento das receitas. O arcabouço, portanto, tem a pretensão de aumentar em termos reais os gastos, mas sempre limitando-os ao crescimento das receitas.

Adicionalmente, há dois dispositivos para a proteção do investimento público. O primeiro trata de um piso em torno de R\$ 75 bilhões corrigidos pela **inflação** e baseados no total de investimentos em 2023. O segundo é a abertura de espaço orçamentário para o ano seguinte, caso o resultado primário supere a banda superior do compromisso definido para um gasto adicional em investimentos, mas com algum limite, e não o espaço aberto pelo tamanho do superávit adicional.

Se o novo arcabouço fiscal apresenta um grande avanço em relação ao extemporâneo e pouco sofisticado teto de gastos, uma dificuldade adicional da proposta é que, com o crescimento real das despesas e a necessidade de aumentar o superávit primário, as receitas deverão se elevar em nível significativo para garantir o alcance das metas.

Há um avanço, igualmente, sob o prisma político e constitucional.

As regras fiscais apresentadas pelo governo são

flexíveis, passíveis de ajustes incrementais e responsáveis à dinâmica política democrática. Ao deslocar o tema do plano constitucional para uma fonte formal do direito menos rígida; estabelecer um prazo quadrienal para a revisão do piso e do teto de aumento real anual das despesas; e não implementar novas sanções institucionais para o descumprimento de metas, o PLP 93/23 sinaliza para processos orçamentários transparentes e sustentáveis.

Contudo, o aumento real de gastos, na forma proposta, combinado com a meta de superávit primário, impõe um caráter pró cíclico à regra fiscal, uma vez que gastos e receitas caminham na mesma direção. O piso de 0,6% e o teto de 2,5% atenuam esta prociclicidade, mas não a descartam.

Com efeito, na hipótese de uma desaceleração do crescimento do **PIB** e, portanto, das receitas, os 0,6% são insuficientes para evitar o efeito pró cíclico, o que pode agravar a desaceleração do **PIB**.

Mesmo o eventual aumento dos investimentos em caso de superação do teto de superávit, se também atenua, não necessariamente descarta seu caráter pró cíclico. No cenário atual, em que as previsões de crescimento do **PIB** são muito modestas, e ainda após anos de compressão dos gastos primários e de investimentos sem o mínimo de racionalidade, há um risco não desprezível de que o novo arcabouço fiscal não seja capaz de se livrar da armadilha do baixo crescimento e de lograr a diminuição da Dívida/**PIB** como esperado.

A necessidade de aprimoramentos no texto do PLP 93/23 fica mais nítida quando se coteja a regra fiscal ali inscrita com o sistema constitucional de proteção aos dispêndios mínimos com direitos fundamentais, como saúde e educação. Estas vinculações estão associadas a percentuais da receita, de modo que tendem a crescer proporcionalmente mais. É possível, portanto, um cenário em que os gastos com estes direitos sociais passem a comprimir os demais.

Como não é razoável e nem mesmo constitucional o retrocesso em sistemas de custeio de cláusulas pétreas, conclui-se que o projeto deve ser mais flexível quanto ao crescimento das despesas, para se ajustar à tendência mundial de elevação daquelas que têm impacto potencial positivo sobre variáveis como crescimento, redução de desigualdades ou sustentabilidade sócio-ambiental.

O tempo do teto de gastos já está no retrovisor. Com os devidos aprimoramentos sobre o PLP 93/23, o Brasil pode encontrar uma política econômica inspirada nos estudos mais recentes e robustos, com vistas a superar a nossa histórica dívida social.

Frederico G. Jayme Jr , professor e diretor do Cedeplar-UFMG.

Francisco Mata Machado Tavares, professor da Faculdade de Direito da UFG e coordenador do GESF/UFG.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>